

Hospitalidade: uma perspectiva para a requalificação do centro histórico de São Paulo

Hospitality: a perspective for the requalification of the historical center of São Paulo

Sênia Bastos¹

RESUMO: Busca-se problematizar a relação de identificação do morador de São Paulo com o centro da cidade, destacando-se a importância da interpretação do patrimônio, da valorização da história e da identidade como caminhos para envolvê-lo em sua trama e na sua hospitalidade. O morador reconhece o patrimônio da cidade na medida em que este alcança o *status* de um lugar de memória, de pertença, compõe sua história e integra sua cultura: monumentos, edificações, logradouros que abrigam feiras, festas e encontros cotidianos. O centro histórico da cidade de São

¹ Doutora, mestra e bacharel em História pela PUC-SP. Coordenou projetos de pesquisa nas áreas de patrimônio, cultura e história além de núcleos e centros de pesquisa. É professora de Graduação e Pós-Graduação na área de Turismo na Universidade Anhembi Morumbi. É autora de artigos e trabalhos científicos na área de patrimônio histórico e cultural. É coordenadora e professora do Programa de Mestrado em Hospitalidade e da Graduação em Turismo da Universidade Anhembi Morumbi.

Paulo tem sido alvo da ação de diversos planos de recuperação, por parte do poder público e da iniciativa privada. Na prática, observa-se que programas de revitalização e de requalificação se alternam, constituindo apenas uma variação semântica. O envolvimento do morador com o patrimônio deve ser estimulado incorporando-o ao cotidiano de forma compreensível. Programas de educação patrimonial são apontados enquanto estratégia para envolver os moradores com sua história, motivando a apropriação de seu passado e o exercício da cidadania. A interpretação do patrimônio deve ser um processo compartilhado com o morador, cuja aproximação inicial a tais locais pode ser favorecida com a realização de atividades de entretenimento e lazer em suas instalações ou proximidades. A hospitalidade inscreve-se nesse contexto de valorização da memória e da história, no processo de tradução dos percursos diários na cidade de forma compreensível.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio histórico e cultural; revitalização; requalificação; hospitalidade; Centro Histórico de São Paulo.

ABSTRACT: This presentation aims at probing into the attempts to reorganize the historical centre of São Paulo, giving special attention to the importance of history, identity and hospitality in this process. The residents reckon the heritage of the city when it reaches the status of a place of memory, a sense of belonging, composes its history and integrates its culture: monuments, constructions, public places which shelter markets, parties and social gatherings. The involment of the residents with the heritage should be stimulated, incorporating it to the every day life in an understandable way. Educational programmes on heritage are pointed out as strategies in order to involve the dwellers with their history, motivating the seizure of their past and citizenship practice. The interpretation of the heritage should be a process shared with the dwellers, whose initial approach to these places may be favoured with entertainment and leisure activities in their premises or neighbourhood. Hospitality is registered in this context of valorization of memory and history, in the process of translation of the daily routes in the city in an understandable way.

KEY WORDS: historic site and cultural; revitalization; requalification; hospitality; Historical center of São Paulo.

O patrimônio da cidade de São Paulo

O morador reconhece o patrimônio da cidade na medida em que este alcança o *status* de um lugar de memória, de pertença, compõe sua história e integra sua cultura:

monumentos, edificações, logradouros que abrigam feiras, festas e encontros cotidianos. Recuar ao século XIX pode nos proporcionar uma visão anterior ao crescimento vertiginoso de São Paulo. Como seria a cidade da garoa? Teria sido hospitaleira? Recorremos ao engenheiro Carlos Rath que tão bem a descreveu nesse período.

As pontes delimitavam o perímetro central, mas o coração da cidade era formado pelas ruas Direita, São Bento, Imperatriz — atual XV de Novembro —, o famoso triângulo e adjacentes. Nessa região predominavam ruas estreitas e sinuosas, segmentadas por becos ou travessas. Coexistia dupla função: residencial e comercial, com certa uniformidade construtiva, semelhança nas plantas internas das residências, bem como lotes estreitos e profundos.

Percorrendo hoje o mesmo trajeto do engenheiro notamos o resultado das profundas transformações no desenho da cidade: ela não existe mais! Diferentes iniciativas buscaram dotar a área central de logradouros salubres, equipamentos públicos e cidadãos compatíveis aos signos de modernidade. Remanescentes desse segundo momento ainda podem ser identificados na região: o arruamento e a influência francesa na urbanização do Anhangabaú e do Parque Dom Pedro. Projetados por Bouvard e construídos nos anos 1910-20, tais áreas configuravam-se importantes áreas de lazer até a década de 1950.

A gradativa alteração da natureza residencial e de entretenimento da área central a partir da década de 1940, a falta de uma política pública direcionada à região, o processo de deterioração dos imóveis e logradouros, especulação imobiliária, crise econômica, intensificação do tráfego, entre outros, têm sido apontados como os principais fatores da natureza inóspita da Paulicéia.

Requalificação e revitalização: definindo um programa de recuperação da área central

O centro histórico da cidade de São Paulo tem sido alvo da ação de diversos planos de recuperação, por parte do poder público e da iniciativa privada. Programas de revitalização e de requalificação se alternam constituindo apenas uma variação semântica, pois, na prática, nota-se a ausência de um projeto permanente que valorize o seu patrimônio histórico e cultural.

A reurbanização do Anhangabaú, a restauração de edificações de valor histórico, a recuperação das vias públicas, a proibição da permanência de camelôs nos viadutos do Chá e de Santa Ifigênia, isenção do imposto predial para os imóveis tombados com fachadas em perfeito estado de conservação, entre outros, conduzem para a valorização do patrimônio histórico da cidade. Todavia, a alteração de uso e do significado simbólico de determinados edifícios e logradouros comprometem a experiência e a identificação dos moradores com tais bens.

O envolvimento do morador com o patrimônio deve ser estimulado, incorporando-o ao cotidiano de forma compreensível. Programas de educação patrimonial são apontados enquanto estratégia para envolver os moradores com sua história, motivando a apropriação de seu passado e o exercício da cidadania. A interpretação do patrimônio deve ser um processo compartilhado com o morador, cuja aproximação inicial a tais locais pode ser favorecida com a realização de atividades de entretenimento e lazer em suas instalações ou proximidades.

A hospitalidade inscreve-se nesse contexto de valorização da memória e da história, no processo de tradução dos percursos diários na cidade de forma compreensível.

O centro histórico da cidade de São Paulo

A área central caracteriza-se por uma ocupação de intenso dinamismo no horário comercial, de segunda a sexta, e de grande esvaziamento após às 20h00 e aos fins de semana. Curiosamente, até mesmo determinados acessos dos terminais de ônibus e das estações do metrô, ficam fechados nessas ocasiões, em nome da segurança dos demais usuários. A interação de seus usuários tradicionais com os bens culturais nas horas de não trabalho é dificultada pelo horário de funcionamento dos espaços culturais da região, que também seguem o mesmo período de vitalidade do comércio, escritórios e prestadores de serviços: das 9h00 às 18h00.

Nas brechas de encerramento das atividades formais, as ruas são totalmente ocupadas por vendedores ambulantes, cantadores, mulheres que tiram a sorte, pregadores do evangelho, desempregados, prostitutas, moradores de rua e curiosos. Ou seja, por usuários que se quer segregar nas periferias longínquas, a fim de recuperar para a localidade os setores médios e incrementar a visitação de turistas.

Para motivar a visitação por setores sociais privilegiados e incrementar a vitalidade de ocupação dos prédios, parte das edificações públicas encontram-se em um processo de alteração de uso, transformando-se em centros culturais e a centralização de importantes secretarias dos governos municipais e do estado de São Paulo, com a presença do prefeito e do governador na região.

As instituições culturais existentes na região, todavia, não dispõem de uma programação integrada que se destine aos freqüentadores habituais da área central, com atividades concebidas para a sua fruição e entretenimento nos seus espaços usuais de ocupação. Os programas de revitalização ou requalificação, por sua vez, não alcançam essa vitalidade de uso do espaço e os planos prevêem a exclusão desses usuários das áreas recuperadas. Nesse sentido, destaque-se a necessidade de um projeto fundamentado em uma legislação que defina os parâmetros de intervenção na área central, com a preocupação de coibir programas de expulsão de seus usuários tradicionais.

Privilegiam-se a facilitação de acesso dos veículos, investimentos no mercado imobiliário com a conversão de edificações comerciais em prédios residenciais, racionalização dos transportes públicos, melhoria da segurança, programas de renovação ambiental e paisagística em detrimento da requalificação dos moradores de rua e vendedores ambulantes, relegados ao segundo plano nas ações estratégicas de reorganização da região central. Raras são as iniciativas de inserção social dessa população, integrando-as a atividades remuneradas que revertam em melhoria da qualidade de vida.

Iniciativas no sentido de demarcação de espaços legais para a realização do comércio ambulante redundam em fracassos subseqüentes. Existe uma permanência histórica da atividade na região. Inicialmente comercializavam-se produtos de consumo imediato nas vias de acesso e área externa do mercado municipal, então localizado na Rua 25 de Março, nas proximidades da Rua General Carneiro. Carrocinhas circulavam pelas ruas, entregando gêneros de porta em porta. Demolido o edifício, o terreno foi convertido em uma praça ajardinada, hoje intensamente ocupada por vendedores que comercializam toda sorte de produtos típicos das diferentes regiões brasileiras, bem como artigos importados e/ou pirateados, que sugerem a prática de contrabando, sonegação fiscal e ausência de obrigações trabalhistas.

O uso desorganizado do espaço, com a presença de coberturas improvisadas, ausência de sistema de depósito de lixo e o grande número de vendedores em áreas restritas comprometem a circulação dos pedestres, tornando-se uma verdadeira batalha a circulação por esses locais.

O freqüentador do centro da cidade

Para muitos moradores do município de São Paulo ir ao centro histórico constitui um acontecimento: vai-se à cidade. Com uma população estimada em 10 milhões de moradores, determinados bairros distam mais da área central do que de alguns municípios vizinhos.

O patrimônio do centro histórico da cidade de São Paulo caracteriza-se, sobretudo, por edificações que foram preservadas no sentido de legar ao futuro determinadas modalidades arquitetônicas ou marcos históricos, independentemente de sua importância social.

Alvo de diferentes projetos de reforma urbana, a cidade colonial teve suas ruas alinhadas e retificadas de forma contínua nas duas últimas centúrias, o que comprometeu a permanência da diversidade arquitetônica e sua relação harmônica com os logradouros públicos. A gestão de seu patrimônio foi tratada de forma centralizadora e sem participação popular, muitos imóveis foram desapropriados e demolidos em nome da coletividade, desconsiderando-se a relação familiar e afetiva porventura existente.

A diversidade cultural da cidade materializa-se na constituição de áreas de forte concentração étnica, como é o caso dos bairros dos imigrantes orientais, judaicos, italianos e árabes que, gradativamente, vão sendo influenciados por nordestinos, mineiros, nortistas e, recentemente, coreanos e bolivianos, alterando sua tessitura social e arquitetônica. Identidades diferenciadas permeiam a trama urbana, configurando-se em recurso atualmente valorizado pelos programas de exploração turística.

Vai-se ao centro em virtude de um sistema de transportes pouco objetivo que mantém linhas de ônibus centralizadas na região desde o período imperial, quando não existiam vias de ligação entre os bairros e todos os caminhos conduziam ao

triângulo histórico². Apesar do metrô, o circuito dos ônibus de passageiros reproduz o mesmo traçado, sem objetivar a distribuição das linhas, que em concorrência aos veículos particulares, congestionam as principais vias de circulação a qualquer hora do dia. Os pontos iniciais localizam-se, sobretudo, nos arredores das praças da Sé e República, e nos terminais urbanos: no parque Dom Pedro II e praças da Bandeira e Princesa Isabel.

Neste passeio induzido, poucos se detêm a contemplar as edificações que se descortinam no percurso diário em decorrência da má-conservação das fachadas, sobreposição de anúncios publicitários, ausência de informações sobre os bens, problemas na sinalização e as diferentes modalidades de poluição.

O envolvimento com o patrimônio, todavia, pode se estabelecer à medida que ele for incorporado ao cotidiano de forma compreensível. Um dos recursos possíveis é a mediação da memória: o passeio pelo centro ganha colorido quando compartilhado por antigos moradores da cidade. Rememoram acontecimentos, identificam edificações inexistentes, apontam peculiaridades de tempos idos: o antigo cinema, hoje convertido em espaço religioso em virtude do novo uso, o logradouro que teve seu desenho alterado, obras de arte removidas a fim de intensificar o tráfego local. A narrativa marcada pela recordação vem carregada de emoção e o passado ganha coloração positiva. A paisagem é reorganizada e fica a indagação: teria sido melhor?

Atualmente um programa de visitação com charrete retoma uma antiga aceleração, o trote que permite a contemplação da paisagem nos fins de semana, tal como os passeios oferecidos nos centros históricos das cidades americanas: simulacros.

Em muitos casos o morador é informado sobre o seu patrimônio, ou seja, não participa do processo de identificação deste. Os técnicos da preservação e o poder público (quer municipal, estadual ou federal), legitimados pelo saber científico e político, inventariam os bens a partir de perspectivas externas aos moradores, priorizando, sobretudo, determinados partidos arquitetônicos, bens de maior significado histórico, ou áreas específicas em decorrência da pressão de determinados grupos econômicos.

² O triângulo histórico é formado pelas ruas Direita, XV de Novembro, São Bento e adjacências.

O patrimônio cultural eleito por esta metodologia gera distanciamento, o morador não o identifica como expressão de seu passado ou como bem coletivo que deve ser apropriado. Em muitos casos, para despertar o interesse sobre ele, usa-se o conceito de escassez ou a figura do tombamento. O bem ganha *status* de importância porque é raro (LIMÓN DELGADO, 1999), por sua vez, o tombamento não confere valor cultural ao bem, conforma-se uma medida de proteção administrativa. Como resultado de tais ações pode-se afirmar que não garantiram sua conservação ou a identificação com o morador.

A atividade turística e o patrimônio da área central

A exploração comercial do patrimônio cultural mediante sua conversão em atrativo turístico tem sido apontada como a opção que mais assegura a sua reabilitação e conservação.³ O patrimônio passa a ser tratado de forma mercantil, como mercadoria e bem de consumo, deixa de ser pensado apenas por sua importância coletiva para os moradores enquanto lugar de memória. Seu caráter identitário passa a ser valorizado pelo empreendedor enquanto o grande diferencial do empreendimento turístico.

Ao ser configurado em atrativo turístico, com o rótulo de autenticidade, operam interesses financeiros que podem comprometer a sua relação identitária com o morador, uma vez que tais ações não se encontrem contextualizadas ao passado e às experiências sociais da comunidade (TALAVERA, 2002).

A implantação da atividade turística envolve riscos que lhe são próprios: as trocas sociais e culturais podem desencadear rupturas, em decorrência de processos de reelaboração de conteúdos simbólicos, os quais passam a ser atribuídos aos bens pelos empreendedores. Para evitar o desenraizamento dos moradores com o seu patrimônio faz-se necessário facilitar o acesso educativo-cultural, estabelecendo processos de interpretação dos bens cuja metodologia envolva a comunidade, de forma que os tornem guardiões de seu passado, além de uma política de preservação e proteção dos bens, evitando-se a realização de atividades que comprometam sua conservação.

³ Dentre os autores que comungam deste ideário destacam-se Augustín Santana Talavera, Stela Murta dentre outros.

A comunidade tem dificuldades em reconhecer o seu patrimônio cultural, mas é ela que deve indicá-lo. Para facilitar o processo tem se verificado a estratégia de incluir o patrimônio nas atividades recreacionais da própria comunidade, com a reorientação de atividades e alteração de usos de edifícios. Planejamento, gestão e análise dos produtos oferecidos devem visar o controle de resíduos, da deterioração das edificações e do entorno em virtude da presença freqüente de visitantes.

Parte das manifestações simbólicas de São Paulo desapareceu sem nunca ter sido analisada ou documentada. Perderam-se no tempo. O patrimônio é uma construção social, depende do grupo, do período histórico, das questões ideológicas que permeiam a patrimonialização e a visão de identidade que está sendo construída contemporaneamente a esse processo.

Nota-se uma tendência atual de reafirmação das identidades coletivas em oposição ao movimento de uniformização cultural gerado pela globalização, do qual podemos apontar certa homogeneização do cotidiano. A valorização do patrimônio cultural surge como resposta a esta uniformização das identidades coletivas, conformando-se em objeto comercializável dos empreendimentos turísticos.

Verifica-se uma tendência de diversificação dos produtos turísticos: aos elementos Sol, praia e diversão noturna somam-se os recursos históricos, étnicos e culturais. Destaca-se a valorização do pitoresco, do tradicional, do passado e de seus testemunhos (TALAVERA, 2002).

Um programa de exploração turística com base no patrimônio cultural, ao propor ação de promoção e divulgação dos bens culturais, deve ter entre seus objetivos iniciais fortalecer as identidades culturais e dinamizar a cultura.

A exploração comercial dos recursos patrimoniais deve ser precedida por um planejamento e acompanhamento permanente para que não ocorra a expropriação cultural das comunidades receptoras, a degradação ambiental, desequilíbrios socioeconômicos e a desvalorização cultural. Os empreendimentos devem promover a rentabilidade econômica e o desenvolvimento social, alicerçados em critérios que resultem na melhoria da qualidade de vida dos moradores e não apenas canalizados para o bem-estar do turista.

Hospitalidade: uma perspectiva para a requalificação do centro histórico de São Paulo

Ao problematizar a sua relação com a hospitalidade, o programa de exploração turística deve contemplar ações que possibilitem aos moradores descobrir, tomar consciência e valorizar suas próprias riquezas, sejam elas materiais ou imateriais. O ato de hospitalidade cristaliza-se no movimento de preservação dos bens, sentimento de orgulho pelo seu patrimônio cultural, processo que garante, ainda, a manutenção momentânea dos bens e o melhor acolhimento do visitante.

Ao que se refere ao centro histórico de São Paulo, a falta de interação do morador com os bens promove dificuldades para a implantação do turismo. A cidade não está preparada para o morador, não há interação com o passado, com o seu patrimônio. A concentração de atividades de tendência universalizante, sem relação com a identidade de seus moradores, o amplo processo de eliminação do uso residencial, constituem fatores responsáveis pelo comprometimento da afetividade com o entorno.

A identidade paulistana não se encontra valorizada, termo entendido aqui como diversidade e não-singularidade congelada no tempo. Tal situação decorre, entre outros fatores, do não-envolvimento do morador no processo de identificação de seu patrimônio. Em muitos casos, ele é informado sobre o que deve valorizar, mas não participa do processo decisório sobre o levantamento dos bens, neste sentido, não exerce sua cidadania.

É preciso estar preparado para identificar o patrimônio cultural junto ao morador. Corre-se o risco do projeto ser prontamente encostado ao se deparar com essas dificuldades. Tal processo necessita ser acompanhado por um programa de educação patrimonial que valorize o passado de todos os setores sociais e seus ícones. Apenas com a preparação da cidade para o morador, a interação com seus bens, é que conformaremos um ambiente hospitaleiro e deixaremos de ser uma cópia piorada de outras cidades; então, poderemos pensar na implantação de programas turísticos bem-sucedidos.

Caracterizada pela diversidade cultural, pelo dinamismo de suas transformações, alteração de centralidades financeiras, variedade gastronômica, a cidade de São Paulo

não está preparada para receber o turista de forma hospitaleira, seus laços encontram-se neutralizados, pois não há elementos identitários caracterizando o espaço social, apenas pedra e cal, e o visitante não consegue dispor deles livremente. A interpretação deve ser um processo partilhado com o morador, pois só assim o visitante conseguirá apropriar-se do sentido coletivo existente.

Referências

ALBANO, Celina; MARIS, Stela. *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Território Brasilis; Ed. UFMG, 2002.

BASTOS, Sênia. *A cidade por seus moradores: ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX*. 2001. Tese (Doutorado)–PUC-SP, São Paulo, 2001.

_____. *Na Paulicéia por conta própria (1870-1886)*. 1996. Dissertação (Mestrado)–PUC-SP, São Paulo, 1996.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti (Coord.). *Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Thomson, 2004.

_____; BUENO, Marielys Siqueira (Org.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Thomson, 2003.

DIAS, Celia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole, 2002.

LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. *Em busca da hospitalidade*. Barueri: Manole, 2004.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; Edusp, 2000.

CANCLINI, Nestor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. *Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999.

GODBOUT, Jacques T. Recevoir et donner. *Communications*, 65. Paris: Ed. du Seuil, 1997.

LIMÓN DELGADO, Antonio. Patrimonio ¿de quién? In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. *Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio*. Consejería de cultura. Junta de Andalucía, 1999.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. *Política y sociedad*, Madrid, n. 27, p. 63-76, 1998.

TALAVERA, Augustin Santana. *Mirar y leer: autenticidad y patrimonio cultural para el consumo turístico*. ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 6. Campo Grande, 2002.

Artigo recebido em junho 2005

Aprovado em setembro 2006